



TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

16
am

PROCURAÇÃO PARA O FORO EM GERAL

O (a) Outorgante DAMIÃO SOUZA DO NASCIMENTO,
brasileiro, união estável Agricultor, portador (a) do RG nº
3388903, expedido por P/PB e CPF nº 00.443.322.000-08, residente e
domiciliado(a) na(o) Rua Pedro Salustino, ZONA RURAL,
nº ---, Bairro Picuí, Cidade Picuí, Estado PB, pelo presente
instrumento particular de procuração, nomeia e constitui seu bastante procuradores e
advogados os Pels. **NILO TRIGUEIRO DANTAS** – OAB/PB 13.220 e **DUANIellySON**
MONTEIRO NOBREGA – OAB/PB 17068, brasileiros, casados, advogados, com endereço
profissional na Rua Pedro Salustino de Lima, nº 47, Empresarial Evanisa Dantas, Sala “E”,
Pedro Salustino, Picuí-PB, fone (033) 3371-2274, ao qual confere poderes para o foro em
geral, nos termos do art. 38, inclusive parte final do código de Processo Civil, podendo
confessar, transigir, desistir, receber e dar quitações, firmar compromissos, prestar primeiras
e últimas declarações, acompanhar-lo(a) em todos os seus termos, impugnar créditos ou
concordar com os mesmos, representá-lo(a) perante qualquer Juízo, instância ou Tribunal,
repartições públicas, federais, estaduais, municipais, conjunto ou separadamente, bem
como substabelecer com ou sem reservas de poderes.

Picuí-PB, 03 de DEZEMBRO de 2015.

Damião Souza do Nascimento
Outorgante

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilodantas@hotmail.com / nolinobrega@gmail.com



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3388903 DATA DE EXPEDIÇÃO 30 NOV 2005

NOME DAMILÃO SOUZA DO NASCIMENTO.
Antonio Bráz do Nascimento.
FILIAÇÃO Maria Fernandes de Souza.

Picuí PB. 28.10.1980
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

Cert. Nasc. Nº 908, Fls. 171, Liv. A-2, Cartório de Barauna PB.

CPF: [assinatura]
JOÃO PEREIRA [assinatura]
ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.115 DE 29/08/63

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

DI P.96

[impressão digital] [fotografia]

Damilão Souza do Nascimento
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



MARIA DAS VITORIAS PEDRO DE MACEDO
SIT. PEQUENO, S/N - AREA RURAL
PICUI/PB CEP: 58197000 (AO: 80)

Classe/Subclasse: RESIDENCIAL/RESIDENCIAL MONOFASICO
Reseio: 2-80-580-6220
Nº medidor: 00008068855

Ref.ência: Jun/2015
Emissão: 03/06/2015

ENERGISA PARÁIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGISA

B/250, Km 25 - Centro - João Pessoa/PB - CEP: 58071-680
CNPJ: 09.095.183/0001-40 Ins. E: 13.016.823.0

Nº de Fisco/Conta de Energia Elétrica: 132.007
Código para Débito Automático: 00013117654

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

2631 Preo em 7 245 c 7891 3ctd 50a1 2966

Conta referente a

CDC (Código do Consumidor): 5/1366765-4

Jun / 2015

Canal de contato

Apresentação

03/06/2015

Data prevista da
próxima leitura

06/07/2015

CPF/ CNPJ/ RANI
228669419

Cálculo de consumo

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data: 06/05/15 Leitura: 3122	Data: 03/06/15 Leitura: 3165	1	54	28

Faturas em atraso

FATURAS VENCIDAS ATÉ
O DIA 29/05/2015 PAGAS
OBRIGADO!

Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo em kWh	54	0,37958	20,49
Adic. B Vermelha			2,87
IMPOSTOS E ENCARGOS			
PIS			0,43
COFINS			1,88
CONTRIBUIÇÃO ILUM. PÚBLICA			4,18
JUROS DE MORA 05/2015			0,06
MULTA 05/2015			0,07
ICMS (Base de Cálculo 1\$ 34,49) Alíquota 25 (60%)			8,82
OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS			
COMPENSAÇÃO POR INDICADOR - DIC 03/2015			-0,11

Histórico de Consumo
(kWh)

Maio/15	52
Abril/15	30
Mar/15	0
Fev/15	43
Jan/15	64
Dez/14	52
Nov/14	43
Out/14	48
Set/14	48
Ago/14	61
Jul/14	74
Jun/14	64

Média dos últimos meses:
47 kWh

VENCIMENTO

11/06/2015

TOTAL A PAGAR

R\$ 39,31

Indicadores de Qualidade

3/2015: Ponto Lançado

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	11,50	13,82	
DIC TRIMESTRAL	23,80		
DIC ANUAL	45,80		
FIC MENSAL	7,60	3,00	
FIC TRIMESTRAL	15,19		
FIC ANUAL	30,38		
DMC	6,28	7,57	
DICR	16,60		

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energia - PB	9,27	23,51
Compra de Energia	11,34	28,77
Serviço de Transmissão	0,70	1,59
Encargos Setoriais	2,07	5,25
Impostos, Decretos e Encargos	15,05	40,49
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	39,42	100,00

Valor do encargo do Uso do Sistema de Distribuição
(R\$ 3-2015) R\$ 2,11

ATENÇÃO



19
mm

DECLARAÇÃO
(Lei 7.115)

Eu, DAMIÃO SOUZA DO NASCIMENTO brasileiro(a),
união estável, Agricultor, portador do RG nº
3388903 expedido por SSP / PB e do CPF nº
077.557.104-08, residente
na(o) SÍTIO FEIJÃO, ZONA RURAL,
município de PICUI - PB, DECLARO, nos precisos termos do art. 1º da
lei nº 7.115 de 29 de março de 1983 (lei da desburocratização), para o fim de dispensa de
custas processuais, **QUE SOU POBRE NA FORMA DA LEI**, cuja situação econômica não
me permite pagar custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento
próprio ou da família, **BEM COMO QUE RESIDO NO ENDEREÇO ACIMA**
ENUNCIADO.

Declarando ainda, ser conhecedor(a) das sanções civis, administrativas e
criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.

PICUI - PB, 08 de DEZEMBRO de 2015.

Damião Souza do Nascimento
DECLARANTE

(A rogo se não souber ler nem escrever)

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

DOU 30/8/1983

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. 2º Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

Art. 3º A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1983; 162º da Independência e 95º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ibrahim Abi-Ackel/Hélio Beltrão



C E R T I D ã O**Nº.Cont.: 086/2015**

CERTIFICO, em razão do meu Ofício e a Requerimento verbal de pessoa interessada que, revendo neste Cartório Policial o registro de Ocorrências N.º 086/2015, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: Aos 08 dias do mês de Dezembro do ano de 2015, Nesta cidade de Picuí, Estado da Paraíba e na Delegacia de Polícia Civil, presente a Autoridade Policial o (a) **Belª Dianni Regina de Barros Silva**, Delegada de Polícia Civil, comigo, Escrivã(o) de Polícia de seu cargo no final assinado e declarado, Ai, volta das 15h.10min. compareceu: **DAMIÃO SOUZA DO NASCIMENTO**, brasileiro, união estável, agricultor, natural de Picuí/PB, nascido aos 28/10/1980, filho(a) de Antonio Braz do Nascimento e Maria Fernandes de Souza, residente no Sítio Feijão zona rural de Picuí/PB, RG nº3.388.903-SSP-PB e CPF nº 077.557.104-08; **CIENTE DAS SANÇÕES CIVIS, ADMINISTRATIVAS E CRIMINAIS AS QUAIS ESTÁRA SUJEITO(A) CASO O QUANTO AQUI DECLARAR NÃO PORTE ESTRITAMENTE A VERDADE, ASSIM FAZ O REGISTRO: QUE** no dia 18 de Julho de 2015, por volta das 16:30 horas, foi vítima de acidente de moto próximo a cidade de Baraúna; **QUE** no momento do acidente vinha pilotando a moto POP 100, ano 2011, cor vermelha, placa NQF-4424/PB, chassi nº 9C2HB0210BR430309, licenciado em nome de Zilma de Araújo Angelo; **QUE** o comunicante após o acidente na referida moto foi socorrida pela Ambulância da cidade de Baraúna para o hospital regional de Picuí; **QUE** as testemunhas abaixo assinadas presenciaram seu acidente; **QUE** em virtude do acidente automobilístico o comunicante sofreu lesões conforme laudos apresentados na delegacia de polícia civil local; **Era o que tinha a registrar. O referido é Verdade e Dou fé.**

Picuí/PB, 08 de Dezembro de 2015.

Damião Souza do Nascimento
COMUNICANTE:*Zilda de Araújo Angelo*
ZILDA DE ARAÚJO ÂNGELO

TESTEMUNHA 1 RG nº 2.563.481-SSP-PB, Residente na rua Presidente Getulio Vargas, S/nº, centro, Baraúna/PB.

Anabyhacya de Azevedo Araújo Macedo
ANABYHACYA DE AZEVEDO ARAÚJO MACEDO

TESTEMUNHA 2 RG nº 3.035.529-SSP-PB, Residente na rua José Osório Pontes, nº 74, Bairro JK, Picuí/PB.



Delegacia Regional de Polícia Civil - Picuí - PB
Rua Cel. Manoel Lucas, nº 02, Bairro Centro, CEP: 58.187-000 - Picuí - PB - Fone: (83) 3371-2324



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PB Nº 011753288414
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO
VIA 00331816091 00/000000000 2014

ZILMA DE ARAUJO ANGELO

04766714423

NOF4424/PB

NOVO 9C2HB0210BR430309

AS/MOTOCICLETA/NAO APPLIC COMEUSTIVEL GASOLINA

HONDA/POP100

ANO FAB 2011 ANO MOD 2011

CAP/POT/CIL 2/9/7 /C/ PARTIC COR PREDOMINANTE VERMELHA

COTA ÚNICA IPVA PAGO EM 30/03/2014 1º

FAIXA IV A PARCELAMENTO / COTAS 2º

PREMIO TARIÁRIO (R\$) 100,00 PREMIO TOTAL (R\$) 30/05/2014

SEGURO OBRIGATORIO

A.F. ADM DE CONC NACION HONDA LTDA

DOCUMENTO DE PORTE OBRIGATORIO

NAO VALIDO PARA TRANSFERENCIA

BARAUNA 27/04/2015

671

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS
TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT

PB Nº 011753288414 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ZILMA DE ARAUJO ANGELO

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

04766714423 27/04/2015
SAC DPVAT 0800 022 1204

VIA ZILMA DE ARAUJO ANGELO PLACA

RENAVAM MARCA / MODELO

ANO FAB 2011 ANO MOD 2011

04766714423 NOF4424/PB

00331816091 HONDA/POP100

FNS (R\$) 2011 9 DENATRAM (R\$) 9C2HB0210BR430309 CUSTO DO SEGURO (R\$)

CUSTO DO BILHETE (R\$) 100,00 IOF (R\$) 30/05/2014

***** SEGURO P A G O

PAGAMENTO DATA DE QUITACAO

COTA ÚNICA PARCELADO

SEGUROADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 09.248.508/0001-04

www.seguradoralider.com.br

671-1432451-20150127





PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
C.N.P.J: 01.691.513/0001 - 59




g2
mm

DECLARAÇÃO n.º 0135/2015

Declaro para os devidos fins que o (a) Senhor (a) **DAMIÃO SOUSA DO NASCIMENTO**, Portador (a) do RG: 3.388.903 SSP/PB e CPF: 077.557.104-08, residente no Sítio Feijão, S/N, Zona Rural de Picui/PB, o mesmo foi socorrido no dia 18 de Julho de 2015 por volta de 16:30hs da tarde, vítima de acidente de Moto próximo a Cidade de Baraúna/PB, foi socorrido pela ambulância placa MNO 3947 conduzida pelo motorista Joailson dos Santos Abreu.

Para Efeitos legais, passo, assino e dou plena fé que a presente declaração é a expressão da verdade.

Baraúna/PB, 19 de Outubro de 2015.


Joailson dos Santos Abreu
Motorista



RECEPCIONISTA: HRP

SUS **FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL**

CÓDIGO DA UNIDADE: 2757710 CEGICOP: 08.778.268.0001/60

NOME: HOSPITAL REGIONAL DE PICUI

END.: RUA FRANCISCO PEREIRA GOMES, 15 - BAIRRO MONTE SA

MUNICÍPIO: PICUI ESTADO: PARAIBA UF: 25

Nome: DAMIAO SOUZA DO NASCIMENTO

Raça/Cor: PARDA

Sexo: M

Profissão: AGRICULTOR(A)

Endereço: ST FENAO

Bairro: ZONA RURAL

Documento: 3288903 Nº: 0

1. *Renô Torres Macaúba*

2. *Renô Torres Macaúba*

3. *Renô Torres Macaúba*

4. *Renô Torres Macaúba*

☐ 01 - ELETIVO **CARÁTER DO ATENDIMENTO**

☐ 02 - URGÊNCIA

☐ 03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA

☐ 04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO

☐ 05 - OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS

PROCEDIMENTO - descrição:

Renô Torres Macaúba

12/07/2015

Renô Torres Macaúba

Renô Torres Macaúba

Hospital Regional de Picuí

Atesto conforme o original

Picuí, 27/07/2015

Arquivo Médico

Renô Torres Macaúba

Médico

CRM 960

Josevânia Lima de Melo

Aux. Administrativo

CNS

CBO

CRM

RESULTADOS

005125

PROFESSOR DIRETO

AUX. DO REVISOR ADMINISTRATIVO CARMBO

RECEPCIONISTA: HRP



DESCRIÇÃO DE CIRURGIA

*35
mm*

Nome do Paciente: <i>Dermisio Souza do Nascimento</i>		
Data da operação: <i>18/08/15</i>	Enf.:	Leito:
Operador: <i>Dro Carlos</i>		1º Auxiliar:
2º Auxiliar:	3º Auxiliar:	Instrumentador:
Anestesista: <i>Dro Roberto</i>		Tipo de Anestesia: <i>Bui</i>
Diagnóstico Pré-operatório: <i>FRATURA DE 5º MTC E</i>		
Tipo de operação: <i>fto cirúrgico de FRAT. do 5º MTC E</i>		
Diagnóstico Pós-operatório:		
Relatório Imediato do Patologista:		
Exame Radiológico no Ato:		
Acidente durante a operação:		
<p align="center">DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO</p> <p>Via de Acesso – Tática e Técnica – Ligaduras – Drenagem – Sutura – Material Empregado – Aspecto Visceras</p> <p>① <i>Preventi um ISH sob a pele</i></p> <p>② <i>Pessão + antisept + compress</i></p> <p>③ <i>Inserção de alça de tração e tração</i></p> <p>④ <i>Fixação de Pro K, 4x</i></p> <p>⑤ <i>LC de</i></p> <p>⑥ <i>Sutura por planos</i></p> <p>⑦ <i>Curativo</i></p>		

Dr. Carlos Cândido Filho
Ortopedia/Traumatologia
CRM-PB 6948 - SEOT 13125



spital Regional de Pícul "Felipe Tiago Gomes"




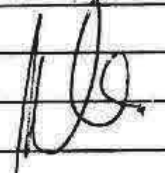
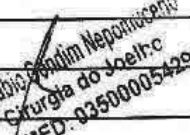
SUD

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

26
mm

EVOLUÇÃO

Nome: Dominos S. de Nascimento Idade: 34 Reg.: 74.542
 Sexo: _____ Diagnóstico: _____ Local: _____

Data	Evolução
18/8/15	<p align="center"><u>* ortopedia *</u></p> <p>Paciente submetido a tto cirurgico p/ fratura do 5º MTC e/ infecções C/ I infecção após reaparecimento</p> <p align="right">  Dr. Jorge Amador Filho Otorrinolaringologista CRM-SP 137113 </p>
19/08/15	<p align="center">  p/ ca s - </p> <p align="right">  Dr. Fabio Gordin Nepomuceno Cirurgia do Joelho CRMED-035000054295 </p>





ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA SAÚDE



SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

HOSPITAL REGIONAL DE PICUI
Rua: Francisco Pereira Gomes Nº 15
Bairro: Monte Santo - CEP - 58.187-970
Fone/Fax - (83) 3371-2990 / 3371-2554
CNPJ - 03.515.174/0001-85 UTB-14009-00
Picuí - PB

RECEITUÁRIO

Nome:

End:

SOLICITO

*Fisioterapia Motora
(20 Sessões)*

*FAT. Sº MTC
(conservação)*

*Dr. Carlos Candido Filho
Fisioterapia
11/05/1977*

Data: *28/09/15*

Carimbo e assinatura do Médico

«AO RETORNAR TRAZER ESTE RECEITUÁRIO



ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins, que, a pedido do(a) Sr.(a)
DAMIÃO SOUZA DO NASCIMENTO portador(a)
da identidade RG —x—, que o(a) mesmo(a) foi
atendido(a) por mim no dia de hoje, às 10 horas, submetido(a)
a consulta, portador da patologia
CID-10 S62.3, devendo permanecer afastado(a) de
suas atividades laborativas por um período de 45
(quarenta e cinco) dias, a partir desta data.

Picuí, 03/08/15

Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a)

Dr. Carlos Cândido Filho
O. Méd. Cirurgião do Joelho
CRM-PA 052.159.674-60
RPM-PA 6948 - TEOT 13125

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____ autorizo o(a)
Dr. (a) _____, a registrar o
diagnóstico codificado CID-10 ou por extenso neste atestado
médico.

Assinatura do(a) paciente ou responsável legal

1ª VIA-PACIENTE

2ª VIA ANEXA AO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO







GOVERNO
DA PARAÍBA

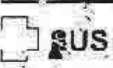
Hospital Regional de Picuí "Felipe Tiago Gomes"

FICHA DE ANESTESIA

30
mm

NOME Damiano Souza do Nascimento		IDADE 34	SEXO M	GR. SANGÜÍNEO
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO Fratura do 5º metacarpo		CATEGORIA SUS		DATA 38/08/15
OPERAÇÃO REALIZADA Trat. cirúrgico				
CIRURGIÃO Dro Carlos		AUXILIAR	ANESTESISTA Dro Roberto	
AGENTES VOLUNTÁRIOS				
CÓDIGO	220			
Anestesia X	200			
Oper. Intub. T	180			
Endotr. Pres A	160			
Distal Pulso O	140			
Respir. RA	120			
Assist. Respir. RE	100			
Exhaust. Respir. AC	80			
Outr.	60			
	40			
	20			
Pré-Anestésico				
Anestesia	<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Raquiana <input type="checkbox"/> Peridural <input type="checkbox"/> Bloqueio de Flexo <input type="checkbox"/> Outras			
Técnica	Intub			
Início	Venoclise Sim			
	Duração minutos			
	ML			
AGENTES DOSES	LÍQUIDO			
Atropina 1% - 0,5ml	1000			
Fentanyl 0,01mg - 0,5ml	1000			
Propofol 2% - 10ml	1000			
Alfentanil 0,5mcg - 10ml	1000			
Clorpromazina 1mg - 10ml	1000			
Midazolam 2mg - 10ml	1000			
O2 - 3l/min	1000			
OBS: Roberto Marinho Alves MÉDICO CRM: 251.034-154-53 CRM: 3512				



 Sistema Único de Saúde Ministério da Saúde		LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR	
Identificação do Estabelecimento de Saúde - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE HOSPITAL REGIONAL DE PICUI		2 - CNES 2757710	
Identificação do Paciente - NOME DO PACIENTE Camila Souza do Nascimento		5 - Nº DO FRONTUÁRIO 74.548	
- CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS) 2091458877400061		8 - DATA DE NASCIMENTO 28/10/80	
9 - SEXO Masculino <input checked="" type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/>		10 - RAÇA/COR Parda	
11 - NOME DA MÃE Maria Fernandes de Souza		12 - TELEFONE DE CONTATO DDD 83 Nº DO TELEFONE 98809-8064	
13 - NOME DO RESPONSÁVEL o mesmo		13 - TELEFONE DE CONTATO DDD () Nº DO TELEFONE	
14 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO) St. Getúlio		17 - COD. IBGE MUNICÍPIO 050240	
15 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA Picui		18 - UF PB	
		19 - CEP 58.187-000	
JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO			
1 - TRAJETÓRIA E SINTOMAS CLÍNICOS Paciente com história de fratura no antebraço, segue em tratamento conservador, no momento de avaliação de fígado Neurot 1to cirurgia			
2 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS) RA + EF			
13 - DIAGNÓSTICO INICIAL Fract. 5º MTC		24 - CID 10 PRINCIPAL S623	
		25 - CID 10 SECUNDÁRIO 	
		26 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS 	
PROCEDIMENTO SOLICITADO			
27 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO 1to cirurgia de fratura 5º MTC		28 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO 0408020377	
29 - CLÍNICA C		30 - CARATEPE DA INTERNAÇÃO U	
31 - DOCUMENTO CPF		32 - ASSINATURA DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE Carlos Cândido Filho Ortopedista/Traumatologista CPF: 013.159.674-50	
33 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE Carlos Cândido Filho Ortopedista/Traumatologista CPF: 013.159.674-50		34 - DATA DA SOLICITAÇÃO 18/08/15	
35 - ASSINATURA DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE Carlos Cândido Filho Ortopedista/Traumatologista CPF: 013.159.674-50			
36 - ASSINATURA DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE Carlos Cândido Filho Ortopedista/Traumatologista CPF: 013.159.674-50			
37 - ASSINATURA DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE Carlos Cândido Filho Ortopedista/Traumatologista CPF: 013.159.674-50			
38 - ASSINATURA DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE Carlos Cândido Filho Ortopedista/Traumatologista CPF: 013.159.674-50			
39 - ASSINATURA DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE Carlos Cândido Filho Ortopedista/Traumatologista CPF: 013.159.674-50			
40 - Nº DO BILHETE 			
41 - Nº DO REGISTRO DO CONSELHO 			
42 - CNPJ DA EMPRESA 			
43 - CNPJ DA EMPRESA 			
44 - CNPJ DA EMPRESA 			
45 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA EMPREGADO <input type="checkbox"/> EMPREGADOR <input type="checkbox"/> AUTÔNOMO <input type="checkbox"/> DESEMPREGADO <input type="checkbox"/> APOSENTADO <input type="checkbox"/> NÃO SEGURADO <input type="checkbox"/>			
AUTORIZAÇÃO			
46 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR 		47 - COD. ORGÃO EMISSOR 	
48 - Nº DO DOCUMENTO 		49 - Nº DO DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR 	
50 - DATA DA AUTORIZAÇÃO 		51 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO) 	
		Hospital Regional de Picui Atesto conforme o original. Picui, 15/10/2015 Arquivo Médico	

Iaponira de Maria Bontas Freitas
 Assessoria Adm.
 210996-4



ARUANA SEGUROS DPVAT**SINISTRO: 3160183704**32
JUN

ARUANA SEGURADORA S/A (cód: 2119) Visão Geral em 04/07/2016 SINISTRO: 3160183704 Data de Cadastro no Sistema: 09/03/2016	Dep. Líder: 216 Dependência: 216 JEM REGULADORA DE SINISTROS LTDA RUA AMINTAS BARROS, 3137 LJ 03/BLOCO 1 - CENTRO COMERCIAL ABBAS CENTER 59063-350 - LAGOA NOVA NATAL - RN Fone: (84) 3343-0117 E-mail:
Processo sem movimentação de RCO ou ASL	
Origem: 216 00 31	
Vítima: DAMIAO SOUSA DO NASCIMENTO End: SÍTIO FEIJAO, S N Bairro: ZONA RURAL Cidade: PICUI Código do Beneficiário: 1 - Vítima Data de Nascimento: 28/10/1980 Data do Acidente: 18/07/2015 Código do Veículo: 9 - Motocicleta	CEP: 58187000 UF: PB CPF: 07755710408 Natureza: 2

Pré-Cadastro sem históricos!

Históricos relativos ao Sinistro Nº 3160183704

Data	Histórico
16/03/2016 17:14:54	[Informado pela Seguradora Aruana] -FAZER UM ADENO NO B-O ESCLARECENDO A MECANICA DO ACIDENTE
12/04/2016 14:30:08	[Informado pela Seguradora Aruana] - Processo enviado para a Seguradora Líder
03/05/2016 15:26:47	[Informado pela Seguradora Aruana] - Processo enviado para a Seguradora Líder
13/05/2016 15:51	Sinistro Cadastrado no SIS-DPVAT
25/05/2016 10:17:06	[Informado pela Seguradora Líder] - Pagamento previsto para 27/05/2016.
25/05/2016 10:23:50	Aguardando aviso de pagamento

Lançamentos de Pagamento encontrados para o Sinistro nº 3160183704

SINISTRO	PG.NUM.	COD. BENEFICIARIO	CPF/CNPJ	DATA DO PAGTO	VALOR	BANCO	AGENCIA	CONTA/DV
3160183704	01	PG DAMIAO SOUSA DO NASCIMENTO	07755710408	27/05/2016	2.362,50	104	04916-	000000006092-8



33
ma

PODER JUDICIARIO DO ESTADO DA PARAIBA

COMARCA DE PICUI - CENTRAL DE DISTRIBUICAO

Tipo de distribuição: SORTEIO - 29/03/2017 11 horas 33 minutos

Processo: 0002837-41.2016.815.0271

Classe: PROCEDIMENTO ORDINARIO

SEGURO

Valor da causa : 9450,00

Serie : 10

Autor : DAMIAO SOUZA DO NASCIMENTO

Reu : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO

Vara : VARA UNICA DE PICUI

Juiz : ANYFRANCIS ARAUJO DA SILVA

Promotor: LEONARDO QUINTANS COUTINHO



05 04 17
mm

05 04 17
mm





PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DA PARAÍBA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE PICUI

DECISÃO

Vistos etc.,

O pedido de justiça gratuita não merece acolhimento, eis que a parte autora não comprova sua hipossuficiência financeira.

Com efeito, não há nos autos qualquer comprovação dos seus rendimentos, ou da sua qualificação profissional ou ainda que o autor é beneficiário de programa social de baixa renda.

Ademais, pela nova sistemática processual prevista no art. 98 do NCPC, deve o juízo ser criterioso no deferimento deste benefício, eis que há a possibilidade de **redução ou parcelamento das custas**, razão pela qual a concessão da gratuidade deve ficar reservada para aquelas partes que comprovam sua incapacidade de custear as despesas do processo.

Posto isto, indefiro o pedido de justiça gratuita e determino a intimação da parte autora para em 5 dias recolher as custas, sob pena de cancelamento da distribuição.

Cumpra-se.

Picuí, 9 de agosto de 2017.

ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA
Juiz de Direito

ATA
Recebido em Cartório
em 14/08/17
mm



CE TIDA

Identificação do documento

134/17

Data de

15 08 17

mm



- ?x=19041608223600000000020019116

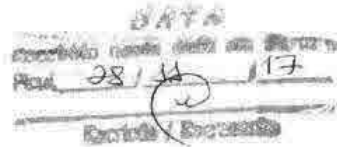


TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

36
cel

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUI-
PARAÍBA

Processo: 0002837-41.2016.815.0271



DAMIÃO SOUZA DO NASCIMENTO, já devidamente qualificada, servindo-se do patrocínio profissional do Bel. Nilo Trigueiro Dantas, inscrito na OAB/PB sob o nº 13.220, nos autos desta Ação de Cobrança, processo em epígrafe, vem, respeitosamente, juntar o competente comprovante de renda, o qual testifica que o requerente se encontra DESEMPREGADO, conforme denota a CÓPIA DA SUA CTPS em anexo a essa petição, e não possui condições financeiras para arcar com o ônus processual, razão pela qual insiste na concessão da GRATUIDADE JUDICIÁRIA.

Cumpre ressaltar inicialmente que foi colacionado nos autos declaração de pobreza informando que o promovente da presente demanda é pobre nos termos da lei, o que é suficiente para provar que o mesmo não tem condições de arcar com despesas processuais e com os honorários advocatícios.

Porém, apesar de ter colacionado aos autos tal declaração, esse Juízo acabou por indeferir o pedido de Justiça Gratuita, conforme assevera o despacho retro, o que com toda vênia, entendemos ser injusto, haja vista que tal entendimento viola o apregoado por nossa Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso XXXV, onde assegura a todos o direito de acesso à justiça em defesa de seus direitos, independentemente do pagamento de taxas.

Ademais, é cristalino o direito do requerente em ser agraciado por tal benefício da justiça gratuita, uma vez que junta agora a Cópia da sua CTPS, o que comprova a sua condição de DESEMPREGADO e de Baixa Renda, além da consequente inviabilidade de pagamento das custas judiciais sem comprometer sua subsistência, nos termos do art. 99 do NCPC, abaixo transcrito:

Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

§ 1º Se superveniente à primeira manifestação da parte na instância, o pedido poderá ser formulado por petição simples, nos autos do próprio processo, e não suspenderá seu curso.

§ 2º O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

37
OEM

indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

§ 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.

§ 5º Na hipótese do § 4º, o recurso que verse exclusivamente sobre valor de honorários de sucumbência fixados em favor do advogado de beneficiário estará sujeito a preparo, salvo se o próprio advogado demonstrar que tem direito à gratuidade.

§ 6º O direito à gratuidade da justiça é pessoal, não se estendendo a litisconsorte ou a sucessor do beneficiário, salvo requerimento e deferimento expressos.

§ 7º Requerida a concessão de gratuidade da justiça em recurso, o recorrente estará dispensado de comprovar o recolhimento do preparo, incumbindo ao relator, neste caso, apreciar o requerimento e, se indeferi-lo, fixar prazo para realização do recolhimento.

Desta forma, fica demonstrado a precária situação econômica do requerente, fazendo-se necessária a concessão da Justiça Gratuita, viabilizando o amplo acesso ao Judiciário.

Caso Vossa Excelência entenda por não conceder a gratuidade da Justiça de forma integral, que seja lhe concedido apenas a gratuidade para dispensa das custas prévias iniciais, nos termos do § 5º do art. 98 do CPC.

Diante do exposto, requer o peticionário que Vossa Excelência reconsidere o indeferimento da Justiça Gratuita, e, diante dos documentos ora colacionados, que conceda os beneplácitos da justiça gratuita de forma integral, ou em caso contrário, que seja o mesmo apenas dispensado de recolher as custas prévias iniciais, nos termos do § 5º do art. 98 do CPC, devendo arcar com os ônus das diligências, postagens e demais outras despesas decorrentes desses autos.

Nesses termos,
pede deferimento.

Picuí, 17 de novembro de 2017.

NILO TRIGUEIRO DANTAS
OAB-PB 13.220

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com



0065
Data Emissãõ 01/11/2011
UNIO DE IDENTIFICACAO
PILCA - PE
Município de Pírcula - Pernambuco
Identificadora

[illegible]

ASSINATURA DO PORTADOR



PARA USO DO INSS

INSCRIÇÃO DE SEGURADO, DE SEUS DEPENDENTES E DESIGNAÇÃO, EQUIPARAÇÃO E CONCORRÊNCIA DE DEPENDENTES

REGISTRO DE INSCRIÇÕES

39
ad

PARA USO DO INSS

INSCRIÇÃO DE SEGURADO, DE SEUS DEPENDENTES E DESIGNAÇÃO, EQUIPARAÇÃO E CONCORRÊNCIA DE DEPENDENTES

REGISTRO DE INSCRIÇÕES

PARA USO DO INSS

DESEMPREGO OU AFASTAMENTO DA ATIVIDADE
— CONSERVAÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO

REGISTRO DAS SITUAÇÕES

PARA USO DO INSS

DESEMPREGO OU AFASTAMENTO DA ATIVIDADE
— CONSERVAÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO

REGISTRO DAS SITUAÇÕES



40
201

SEBASTIAO DE LIMA
SIT. MENDES, S/N - AREA RURAL
BARAUNA/PB CEP: 58160-000 (AG. 00)

Classificação: RURAL / COLETORES RURAIS MONOFASICO 120 Km 25 - Cota Renda: Jato Pessoa/PB - CEP 58071-880
Ratão: 7 - 289 - 890 - 1535 Referência: Jul/2017 CNPJ 08.096.182/0001-40 - Ins. Est. 16.015.823-0
Número: 030095292 Emissão: 13/07/2017 Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº000.541.794
Código para Débito Automático: 0001610566-0

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a Apresentação Data prevista da próxima leitura CPF/ CNPJ/ RANI
Jul/2017 13/07/2017 15/08/2017 4854830417
Ins. Est.

UC (Unidade Consumidora): 5/1610566-0

Canal de contato

Prezado Cliente
A partir deste mês, as contas contarão com um novo layout para tornar ainda mais claras e compreensíveis as informações e os demonstrativos de consumo, alíquotas, tarifa e composição da fatura. O valor da tarifa, passou a ser apresentado acrescido dos impostos ICMS, PIS e COFINS, demonstrando o preço total da energia paga pelo cliente. Essa modificação não impacta nos valores finais pagos pelos clientes.

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
12/08/17	3102	13/07/17	3182		80	31
Demonstrativo						
CC - Descrição		Quantidade	Tarifa	Valor Base Calc. Abaj.	ICMS (R\$) Base Calc. Paj (R\$)	ICMS (R\$) Base Calc. Paj (R\$)
		Tributos Total (R\$)		ICMS (R\$)	PIS/COFINS (R\$)	ICMS (R\$) Base Calc. Paj (R\$)
OBC1 Consumo em kWh		80,000	0,310900	25,50	0,00	0,00
OBC1 Adic. B. Anoreia				0,71	0,00	0,00
OBC10 Subsidio				10,42	0,00	0,00
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS						
OBC4 JUROS DE MORA DA 04/2017				0,67	0,00	0,00
OBC5 MULTA 04/2017				0,53	0,00	0,00
OBC6 Devolução Subsidio				-10,43	0,00	0,00

CC - Código de Classificação do Item TOTAL 27,90 0,00 0,00 37,13 0,28 1,37

Média últimos meses (kWh) VENCIMENTO 20/07/2017 TOTAL A PAGAR R\$ 27,90

Histórico de Consumo (kWh)
91 | 168 | 77 | 97 | 76 | 77 | 84 | 76 | 56 | 81 | 82 | 80
Jun/17 | Mai/17 | Abr/17 | Mar/17 | Fev/17 | Jan/17 | Dez/16 | Nov/16 | Out/16 | Set/16 | Ago/16 | Jul/16

6088.594d.29be.2a47.6467.663e.a2a0.0f61.

Indicadores de Qualidade 5/2017 - CUB

Limites da ANEEL		Apurado	Limite de Tensão (V)	Discriminação		Valor (R\$)	%
LIC TRIMESTRAL		4,59	NOMINAL 220	Emissão de Dist. da Energia PB		8,21	33,01
LIC ANUAL				Custo de Energia		11,69	42,69
LIC TRIMESTRAL		1,00	CONTRATADA LIMITE INFERIOR 202	Serviço de Transmissão		0,69	2,28
LIC ANUAL				Encargos Setoriais		3,92	11,40
LIC TRIMESTRAL		4,68	LIMITE SUPERIOR 231	Impostos Diretos e Encargos		2,96	10,25
LIC ANUAL				Outros Serviços		0,00	0,00
LIC TRIMESTRAL				Total		27,90	100,00

Valor do EUSD (Ref 5/2017) R\$ 13,96





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUÍ

VARA ÚNICA DE PICUÍ
Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0002837-41.2016.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: DAMIAO SOUZA DO NASCIMENTO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 15/2018, **COMUNICO** a conclusão do procedimento de migração dos autos físicos de n. **0002837-41.2016.8.15.0271 para o PJe (Processo Judicial Eletrônico) e INTIMO as partes, por seus advogados, defensores públicos ou dativos, Fazenda Pública e o Ministério Público, regularmente habilitados perante o sistema de processo eletrônico - PJe, a requerer o que for pertinente, em 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.**

João Pessoa/PB, 29 de julho de 2019.

ELIELTON ALVES DA SILVA
Técnico Judiciário



Assinado eletronicamente por: ELIELTON ALVES DA SILVA - 29/07/2019 22:23:13

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19072922231299500000022389485>

Número do documento: 19072922231299500000022389485

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUÍ
Juízo do(a) Vara Única de Picuí
Rua São Sebastião, S/N, CENTRO, PICUÍ - PB - CEP: 58187-000
Tel.: (83) 33712403; e-mail:
Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.1.00

CERTIDÃO DE CONCLUSÃO DOS AUTOS / JUNTADA DE TERMO DE COMPARECIMENTO EM CARTÓRIO

Nº do Processo: 0002837-41.2016.8.15.0271

Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assuntos: [SEGURO]

AUTOR: DAMIAO SOUZA DO NASCIMENTO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A

Certifico, para os devidos fins, que o advogado da parte autora juntou petição, juntada no id 20580841 às fls. 37, razão pela qual, encaminho os autos conclusos para deliberação.

PICUÍ-PB, em 9 de fevereiro de 2020
CAROLINA CORREIA DE MELO SABINO
Técnico Judiciário





Tribunal de Justiça da Paraíba
Vara Única de Picuí

PROCESSO Nº 0002837-41.2016.8.15.0271
Natureza: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: DAMIAO SOUZA DO NASCIMENTO
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A

SENTENÇA

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7). Necessidade de Instruir o Pedido com Guia de Custas. Art. 386, §3º, do Código de Normas Judicial. Documento Indispensável à Propositura da Ação. Indeferimento da Petição Inicial. CPC, art. 485, I.
– Faltando documento indispensável à propositura da ação, indefere-se a inicial e extingue-se o processo sem análise meritória.

Vistos, etc.

Trata-se de ação de **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**, ajuizada pela parte autora qualificada nos autos, pelos motivos expostos na petição inicial.

O pedido de justiça gratuita foi indeferido.

Intimada, a parte autora reiterou o pedido de justiça gratuita.

Os autos foram migrados para o sistema PJe, tendo a parte autora tomado ciência, deixando de instruir o pedido com a guia de custas judiciais, nos termos do que dispõe o art. 386, §3º, do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça.

Vieram-me os autos conclusos para os fins de direito.

É o relatório.

Decido.

O art. 386, §3º, do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça (Provimento CGJ-TJPB Nº 49/2019, disponível em <https://corregedoria.tjpb.jus.br/legislacao/codigo-de-normas-cgjp-judicial/>), dispõe, *in verbis*:

Art. 386. O magistrado poderá conceder a redução e/ou o parcelamento das despesas processuais que a parte ou interessado tiver de adiantar no curso do procedimento, mediante decisão fundamentada, na forma dos §§ 5º e 6º do art. 98 do CPC.

(...)

§ 3º A parte deverá apresentar junto com a petição inicial a guia de custas, ainda que haja o requerimento de gratuidade processual, salvo nos casos de processos com isenção legal de custas.

Sendo assim, após a edição da norma acima transcrita, a guia de custas judiciais passa a ser documento indispensável à propositura da ação, mesmo que haja requerimento de gratuidade de justiça, sendo um dos requisitos da petição inicial, na dicção do art. 320 do CPC:

Art. 320. A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.



No caso dos autos, a gratuidade de justiça foi indeferida, tendo a parte autora sido intimada a recolher as custas judiciais.

Entretanto, a parte autora limitou-se a reiterar o pedido de justiça gratuita.

Além disso, quando tomou ciência da digitalização dos autos, deixou de instruir o pedido com a guia de custas, nos termos do art. 386, §3º, do Código de Normas Judicial, razão por que a ação deixou de ser instruída com documento indispensável à propositura da ação, conforme o disposto no art. 320 do CPC, acima transcrito.

Com efeito, em caso de ausência de qualquer dos requisitos da inicial, inclusive na falta de documento indispensável à propositura da ação, a petição inicial é considerada inepta e, portanto, deve ser indeferida, consoante o art. 321, parágrafo único do CPC:

Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.

Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial

Sendo assim, atento ao que mais dos autos consta e aos princípios de direito aplicáveis à espécie, com fulcro no art. 386, § 3º, do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça, c/c arts. 320, 321, parágrafo único, e 485, inciso I, todos do CPC, **INDEFIRO A INICIAL e, em consequência, julgo extinto o processo sem julgamento do mérito.**

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Sem condenação em custas, uma vez que o processo não se desenvolveu.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Picuí, data e assinatura eletrônicas.

Anyfrancis Araújo da Silva
Juiz de Direito



Segue Apelação em anexo.





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PICUI/PB.

PROCESSO Nº 0002837-41.2016.815.0271

DAMIAO SOUZA DO NASCIMENTO, já devidamente qualificado nos autos em epígrafe, de Ação de Cobrança c/c Reparação de Danos, deduzida em face da Seguradora Lider dos Consorcios Dpvt S.A., por seu procurador adiante assinado, vem, tempestivamente, diante de Vossa Excelência, com fundamento nos dispositivos processuais aplicáveis à espécie, particularmente os artigos 1009 e seguintes do Código de Processo Civil, apresentar **RECURSO DE APELAÇÃO**, em laudas separadas que a esta seguem.

Dispensado o preparo recursal, tendo em vista a concessão da gratuidade judiciária nos termos da sentença recorrida (documento id 29465245).

Requer, assim, digno-se Vossa Excelência receber o presente recurso, em ambos os efeitos legais, e cumprido o trâmite de praxe, seja remetido à superior instância.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Picuí – PB, 15 de junho de 2020.

NILO TRIGUEIRO DANTAS
OAB-PB 13.220





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

RAZÕES DE APELAÇÃO

Pelo Apelante/autor **DAMIAO SOUZA DO NASCIMENTO**

Colenda Câmara Cível,

Ínclitos Julgadores

Inconformada com a decisão do MM. Juiz singular, recorre para ver anulada a sentença e, não sendo este o entendimento desta Colenda Câmara, recorre para que seja reformada a decisão monocrática nos termos adiante explicitados.

I - OS FATOS

A Apelante propôs Ação Indenizatória em desfavor da Seguradora Líder dos Consórcios Dpvat S.A., requerendo entre outros, a concessão Indenização do Seguro Obrigatório em virtude de ter sido vítima de acidente de trânsito e de ter permanecido inválido permanentemente, tendo suplicado a assistência judiciária gratuita tendo em vista que não possui condições financeiras de arcar com as despesas processuais, pedido este indeferido pelo Juízo “a quo” conforme denuncia a sentença recorrida (documento id 29465245), sob a alegação de que “[...] **não havia nos autos qualquer comprovação dos seus rendimentos, ou da sua qualificação profissional ou ainda que o autor é beneficiário de programa social de baixa renda [...]**”

Diante de tal negativa a parte autora peticionou requerendo a reconsideração da decisão retro e apresentou a cópia de documentos (PÁGINAS 29/41 do documentos id 20580841), que demonstra que o mesmo NÃO EXERCE ATIVIDADE REMUNERADA e ESTÁ DESEMPREGADO ATUALMENTE, bem como que tal assistência judiciária fosse concedida de forma parcial nos termos do art. 99 do NCPC ou que fosse concedido um desconto parcial em tal recolhimento de custas, conforme acentua o §5º do art. 98 do NCPC, abaixo transcrito:

“Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

§ 1º A gratuidade da justiça compreende:

“... ”

§ 5º A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento. (grifos nossos)"

Porém, apesar da documentação apresentada comprovando a situação econômica do Apelante de ser um mero ASSALARIADO, **BEM COMO ANTE AO FATO PRINCIPAL DE REQUERER A APLICAÇÃO DE REDUÇÃO PERCENTUAL DE 50% (CINQUENTA POR CENTO) SOB AS CUSTAS PRÉVIAS, CONFORME ENUNCIADO NO §5º DO ART. 98 DO CPC**, o Juízo apelado acabou por cancelar a distribuição e determinar o arquivamento dos autos nos termos do artigo 290 do CPC.

Restando tão somente a esse Tribunal de Justiça a conceder a gratuidade judiciária de forma parcial com aplicação de uma redução percentual das custas processuais conforme enuncia o §5º do Art. 98 do CPC.

Logo, percebe-se al lermos os autos, que o Juiz a quo fala em desconto e/ou parcelamento das custas, mas não os especifica, como a autora especificou em sua **petição páginas 37/38 do documento id 20580841**, razão pela qual tornou a decisão apelada totalmente injusta e abusiva.

Portanto, diante desses fatos, o apelante aguarda o provimento do Recurso interposto, reformando-se na ÍNTEGRA, destarte, a D. Sentença, proferida pelo douto Juízo "a quo", uma vez que antes mesmo de tal magistrado se pronunciar sob o desconto requerido com fulcro no §5º do artigo 98 DO CPC, o mesmo acabou por extinguir injustamente o presente processo e consequentemente arquivá-lo, razão pela qual requer a anulação da respectiva decisão e a consequente concessão ao autor da gratuidade judiciária de forma parcial.

II. RAZÕES DE RECURSO

DAS RAZÕES DO INCONFORMISMO

A Sentença (documento id 29465245) proferida pelo Excelentíssimo Senhor Juiz merece ser reformada, haja vista que para a concessão do benefício da Assistência Judiciária Gratuita não é necessária caráter de miserabilidade do requerente, pois em princípio, a simples afirmação da parte no sentido de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou da família, é suficiente para o deferimento (art. 98 do NCPC). Ademais, pode se dizer que o entendimento do Juízo a quo ao não considerar a cópia do Extrato do Bolsa Família da Apelante testificando o sua hipossuficiência financeira está ferindo o princípio da isonomia, e da razoabilidade preconizados na Constituição Federal, pois em consonância com o artigo 5º, inciso XXXIV da Constituição Federal, onde assegura a todos o direito de acesso a justiça em defesa de seus direitos, independente do pagamento de taxas.





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Corroborando com a pretensão da Apelante, colaciona-se julgados desse Tribunal de Justiça da Paraíba que demonstram que, *se inexistem provas concretas nos autos de que a parte pode arcar com as despesas processuais, não deve o magistrado indeferir, de plano, os benefícios da justiça gratuita*, se não vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - SENTENÇA - PROCEDÊNCIA DO PEDIDO EXORDIAL - DECISÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO LIMINAR FORMULADO NA CONTESTAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - INDEFERIMENTO - SITUAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA SATISFATORIAMENTE DEMONSTRADA - COMPROMETIMENTO DOS SUSTENTO DO PROMOVIDO - PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS - DECISÃO PROFERIDA EM DISSONÂNCIA COM OS POSICIONAMENTOS DESTES TRIBUNAL - PROVIMENTO - JULGAMENTO MONOCRÁTICO DO RECURSO - INTELIGÊNCIA DO ART. 557, §1º -A DO CPC/73. - A concessão da Justiça Gratuita não requer o estado de pobreza absoluto, bastando à parte afirmar que não há como suportar as custas e despesas processuais sem prejuízo para o equilíbrio econômico-financeiro e sustento próprio e de sua família. - Precedentes jurisprudenciais desta Corte. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00009573820118152001, - Não possui -, Relator DA DESEMBARGADORA MARIA DE FÁTIMA MORAES BEZERRA CAVALCANTI, j. em 21-03-2017)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA. INDEFERIMENTO. EXTINÇÃO DO FEITO POR AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS. PEDIDO DE ANULAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA E CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. PROVA SUFICIENTE. DECISÃO EM CONFRONTO COM JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO STJ. APLICAÇÃO DO ART. 557, § 1º-A, DO CPC. PROVIMENTO. - "Consoante entendimento jurisprudencial, a simples afirmação da necessidade da justiça gratuita, nos termos do art. 4º da Lei nº 1.060/50, é suficiente para o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita." - "Art. 557, § 1º-A. Se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

poderá dar provimento ao recurso." (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00000493920158150061, - Não possui -, Relator DES JOAO ALVES DA SILVA, j. em 02-02-2016)

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATUIDADE JUDICIÁRIA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES. REJEIÇÃO. MÉRITO. APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE POBREZA. APREENSÃO DO BEM OBJETO DO FINANCIAMENTO. UTILIZAÇÃO PARA SUSTENTO FAMILIAR. AUSÊNCIA DE PROVA EM CONTRÁRIO. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. PROVIMENTO MONOCRÁTICO. 1. Em que pese a declaração de hipossuficiência econômico-financeira ser bastante para a concessão da gratuidade judiciária, tal afirmação é dotada de presunção relativa de veracidade, suscetível de ser afastada quando o juiz tiver razões para crer que o requerente não se encontra em estado de miserabilidade. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. 2. Inexistindo provas concretas nos autos de que a parte pode arcar com as despesas processuais, não deve o magistrado indeferir, de plano, os benefícios da justiça gratuita, art. 5º da Lei nº 1.060/50. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 20113411020148150000, - Não possui -, Relator DES ROMERO MARCELO DA FONSECA OLIVEIRA, j. em 22-01-2016)

Ainda, o juiz somente deveria indeferir o pedido se houvessem elementos que evidenciassem a falta dos pressupostos legais para a concessão do benefício citado e, ainda, nestes casos, antes de indeferir, deveria determinar à parte a comprovação do preenchimento dos pressupostos legais, conforme art. 99 do NCPC em seu § 2º:

§ 2º. O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

Aos autos foram juntados comprovação de renda que demonstra que a Apelante se encontra desempregada, documento esse que demonstra que não possui condições financeiras de arcar com as custas processuais, sem que lhe acarrete prejuízos, necessitando assim o benefício da Assistência Judiciária Gratuita.





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

A apelante fez mais do que simplesmente apresentar uma declaração de pobreza, juntou aos autos documentos comprobatórios de sua renda, assim verifica-se que o pedido está de acordo com o artigo 98 do NCPC, como supra colacionado, sendo impositiva a concessão do benefício.

O indeferimento do pedido significa dizer que o Apelante não poderá usufruir de seu direito, qual seja o acesso a justiça, restando assim impedido de exercer seu direito legítimo e devido. Significa ainda dizer que lhe causaram um dano e que este dano ficara impune, tendo em vista que o juízo *a quo* entendeu por indeferir a Justiça Gratuita, sendo este entendimento contrário ao majoritário em nossos Tribunais de Justiça, como restou demonstrado nos julgados supra colacionados.

Assim, sendo, resta demonstrado que os documentos juntados aos autos comprovam e são suficientes para a Concessão do Benefício de Assistência Judiciária Gratuita a Apelante.

**DA ASSISTENCIA JUDICIÁRIA GRATUITA – REDUÇÃO
PERCENTUAL DE DESPESAS PROCESSUAIS - §5º DO ARTIGO 98 DO CPC.**

A Assistência Judiciária Gratuita não é necessita que o requerente apresente caráter de miserabilidade, pois em princípio, a simples afirmação da parte no sentido de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou da família, é suficiente para o deferimento (art. 98 do NCPC).

Ademais, pode se dizer que o entendimento do Juízo a quo ao não considerar a cópia da CTPS do agravante testificando o seu desemprego esta ferindo o princípio da isonomia, e da razoabilidade preconizados na Constituição Federal, pois em consonância com o artigo 5º, inciso XXXIV da Constituição Federal, onde assegura a todos o direito de acesso a justiça em defesa de seus direitos, independente do pagamento de taxas. No mesmo sentido, preceitua o art. 5º, inciso LXXIV da CF, prescreve que “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.

Vale ressaltar que o Magistrado poderá conceder a gratuidade de justiça em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou reduzir percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento (art.98, §5º do CPC).

Ademais, o recolhimento das custas devidas é necessário para fazer frente aos gastos pela movimentação da máquina da Justiça Estadual, sendo certo que as custas judiciais decorrem





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

da utilização efetiva de um serviço público e são destinadas a atividades específicas da Justiça – art.98, §2º da CF.

Cabe ao Juiz, assim, dirigir o processo e zelar pela correta aplicação da lei, de forma que o benefício postulado seja concedido somente àqueles que preencherem os seus pressupostos legais. No caso, a parte comprovou a indisponibilidade de recursos para promover o custeio do processo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, o que por no mínimo lhe garantiria a concessão da redução percentual das custas processuais.

Claro que caso o Juízo a quo não achasse certo conceder a Assistência Judiciária Gratuita de forma integral a apelante, poderia lhe conceder de forma parcial, lhe concedendo uma **REDUÇÃO PERCENTUAL DE DESPESAS PROCESSUAIS - §5º DO ARTIGO 98 DO CPC.**

Nesse sentido:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO- ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA- HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA COMPROVAÇÃO - CONTRACHEQUES ATUALIZADOS- RECURSO PROVIDO.

- Em uma interpretação sistemática dos artigos 98 e 99 do CPC/15 e do art. 5º, inciso LXXIV da CF/88, conclui-se que a simples afirmação acerca da ausência de capacidade financeira não é suficiente para a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita, sendo necessária a juntada de documentos que corroborem tal afirmação.

- A apresentação de contracheques atualizados afigura-se suficiente para a concessão do benefício da justiça gratuita, pois tais documentos se revelam aptos a evidenciar o recebimento de renda compatível com a alegação de hipossuficiência financeira.

(TJMG- Agravo de Instrumento-Cv 1.0035.16.015628-3/001, Relator(a): Des.(a) Wilson Benevides, 7ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 24/10/2017, publicação da súmula em 27/10/2017).(grifei)

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - DECLARAÇÃO DE POBREZA - PRESUNÇÃO RELATIVA - DESPESAS DO PROCESSO - CAPACIDADE FINANCEIRA - AUSÊNCIA DE INDÍCIOS - SERVIDOR - CONTRACHEQUES - REMUNERAÇÃO MÓDICA - COMPROVAÇÃO - BENEFÍCIO - DEFERIMENTO - RECURSO PROVIDO. 1. A declaração de pobreza firmada pelo postulante goza de presunção relativa de veracidade, podendo ser elidida pelas circunstâncias do caso concreto. 2. Para a concessão do benefício da gratuidade da justiça importa examinar se a renda auferida pelo postulante não permite o custeio do feito, sem prejuízo do sustento próprio e de seus familiares. 3. **Se a única prova dos autos se restringe ao contracheque do servidor, que evidencia a**





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

percepção de módicos vencimentos, não havendo qualquer indício de riqueza a demonstrar a capacidade de a parte arcar com as despesas processuais, é de rigor a concessão dos benefícios da justiça gratuita à parte hipossuficiente. 4. Recurso provido. (TJMG- Apelação Cível 1.0686.15.011393-0/001, Relator(a): Des.(a) Sandra Fonseca , 6ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 31/05/2016, publicação da súmula em 10/06/2016)

Registre-se que o Novo Código de Processo Civil conferiu à parte prerrogativas menos onerosas de custeio do processo, a exemplo do desconto e parcelamento das custas processuais (art. 98, § 6º). Além disso, permitiu que o juiz conceda o benefício somente em relação a algum ato específico (art. 98, § 5º).

Corroborando com a pretensão da Apelante, colaciona-se julgados desse Tribunal de Justiça da Paraíba que demonstram que, se inexistem provas concretas nos autos de que a parte pode arcar com as despesas processuais, não deve o magistrado indeferir, de plano, os benefícios da justiça gratuita, se não vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - SENTENÇA - PROCEDÊNCIA DO PEDIDO EXORDIAL - DECISÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO LIMINAR FORMULADO NA CONTESTAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - INDEFERIMENTO - SITUAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA SATISFATORIAMENTE DEMONSTRADA - COMPROMETIMENTO DOS SUSTENTO DO PROMOVIDO - PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS - DECISÃO PROFERIDA EM DISSONÂNCIA COM OS POSICIONAMENTOS DESTES TRIBUNAL - PROVIMENTO - JULGAMENTO MONOCRÁTICO DO RECURSO - INTELIGÊNCIA DO ART. 557, §1º -A DO CPC/73. - A concessão da Justiça Gratuita não requer o estado de pobreza absoluto, bastando à parte afirmar que não há como suportar as custas e despesas processuais sem prejuízo para o equilíbrio econômico-financeiro e sustento próprio e de sua família. - Precedentes jurisprudenciais desta Corte. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00009573820118152001, - Não possui -, Relator DA DESEMBARGADORA MARIA DE FÁTIMA MORAES BEZERRA CAVALCANTI , j. em 21-03-2017)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA. INDEFERIMENTO. EXTINÇÃO DO FEITO POR AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS. PEDIDO DE ANULAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA E CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. PROVA SUFICIENTE. DECISÃO EM CONFRONTO COM JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

DO STJ. APLICAÇÃO DO ART. 557, § 1º-A, DO CPC. PROVIMENTO. - "Consoante entendimento jurisprudencial, a simples afirmação da necessidade da justiça gratuita, nos termos do art. 4º da Lei nº 1.060/50, é suficiente para o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita." - "Art. 557, § 1º-A. Se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso." (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00000493920158150061, - Não possui -, Relator DES JOAO ALVES DA SILVA, j. em 02-02-2016)

Assim, sendo, resta demonstrado que os documentos juntados aos autos comprovam e são suficientes para a Concessão do Benefício de Assistência Judiciária Gratuita a Apelante de forma parcial.

Por outro lado, é sabido que as custas judiciais da Paraíba têm valor demasiadamente elevado em relação à realidade econômica de nosso estado, sobretudo se tomada como referência a nossa comarca, razão pela qual a **recorrente requer que lhe seja CONCEDIDO A ASSISTENCIA DE GRATUIDADE JUDICIÁRIA DE FORMA PARCIAL, dispensando o autor do pagamento de todas as verbas do art. 98, §1º CPC/2015, remanescendo o dever de pagar custas judiciais (custas + taxas) e diligências do oficial de justiça, ambas reduzidos ao percentual de 50% do valor original (50% de desconto).**

III. CONCLUSÃO

Diante do exposto, requer o Apelante seja conhecido e provido o apelo ora interposto, reformando-se a sentença proferida pelo juiz *a quo*, nos seguintes termos:

a) requer que lhe seja **CONCEDIDO A GRATUIDADE JUDICIÁRIA DE FORMA PARCIAL**, dispensando o autor do pagamento de todas as verbas do art. 98, §1º CPC/2015, **remanescendo o dever de pagar custas judiciais (custas + taxas) e diligências do oficial de justiça, ambas reduzidos ao percentual de 50% do valor original (50% de desconto), nos termos do §5º do art.**





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

98 do CPC, uma vez que o autor não tem mais como propor uma nova ação, uma vez que os efeitos da prescrição já teoricamente atingiram o seu direito a indenização pleiteada nesses autos.

b) Rogando ainda que seja tal sentença devidamente anulada, e que sejam os autos remetidos a Comarca de Origem para que a apelante recolha as custas com o desconto assinalado e o processo volte a tramitar novamente, com a devida citação da ré.

Por fim, tendo este entendimento, Magnífico Egrégio Tribunal impõe-se a reforma da decisão "a quo" conforme requerido.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Picuí – PB, 15 de junho de 2020.

NILO TRIGUEIRO DANTAS
OAB-PB 13.220





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUÍ - VARA ÚNICA

VARA ÚNICA DE PICUÍ
Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0002837-41.2016.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: DAMIAO SOUZA DO NASCIMENTO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 15/2018, **INTIMO a parte recorrida para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões ao recurso de apelação interposto.**

Picuí/PB, 29 de junho de 2020.

LOURDEMAR VERAS FARES DAVID
Técnico Judiciário

